

# As duas evidências: as implicações acerca da redescoberta do cemitério dos Pretos Novos

## *The two pieces of evidence: the implications about the rediscovery of the Cemetery of New Blacks*

Júlio César Medeiros da Silva Pereira

Doutor em História da Ciência e da Saúde pela Fiocruz  
Diretor do Núcleo de Pesquisa do Instituto de Memória e Pesquisa Pretos Novos (IPN)  
Professor de História da Rede Municipal do Rio de Janeiro.  
E-mail: gulho@uol.com.br

**RESUMO:** Este artigo examina a redescoberta do cemitério de escravos recém-chegados ao Rio de Janeiro, nos séculos XVIII e XIX, intitulado Cemitério dos Pretos Novos, que se situava na região do Valongo, parte Noroeste da Corte do Rio de Janeiro. A pesquisa histórica demonstrou que, sem nenhum aparato religioso, os escravos que faleciam no mercado do Valongo eram lançados em covas rasas como se fossem indigentes.

**Palavras chave:** História Cultural; morte e ausência de ritos funerários

**ABSTRACT:** *This article examines the rediscovery of a cemetery of slaves newly arrived in Rio de Janeiro dating from the 18th and 19th centuries. Called the Cemitério dos Pretos Novos (Cemetery of the New Blacks), it was located in the Valongo region, in the North-western part of the Court of Rio de Janeiro. The historical research showed that slaves who passed away at the Valongo market were tossed in shallow graves with no religious artefacts, as though destitute.*

**Keywords:** *Cultural History; death and the absence of funeral rites*

## Introdução

Em 2010, o Brasil foi surpreendido por uma importante redescoberta: vestígios do Cais do Valongo foram encontrados da região da Zona Portuária do Rio de Janeiro, dando início a uma série de pesquisas que privilegiaram a história de milhões de escravos que adentraram o porto, cujos braços foram usados em todos os tipos de labores e cujas costas suportaram o peso da produção cafeeira no alvorecer do século XIX.

Grupos de pesquisadores das mais diversas áreas uniram-se no propósito de se explicar aspectos não muito conhecidos da escravidão no Brasil. Evidenciava-se a importância do achado, acoplado à descoberta do funcionamento de “um complexo” que remontava ao porto de entrada, os galpões de venda, lazaretos e cemitério. Sobre este último, a Arqueologia tem procurado confirmar a consistência dos dados históricos que assombraram o Rio de Janeiro quando da descoberta da necrópole, em 1996, que davam conta do fato de que ali os corpos dos escravos jamais eram sepultados.

Pelo lado do fundo está tudo aberto, dividido do quintal de uma propriedade vizinha por uma cerca de esteiras, e pelo outros dois lados com mui baixo muro de tijolos, e no meio uma pequena cruz de paus toscos mui velhos, e a terra do campo revolvida, e juncada de ossos mal queimados. (FREIREYSS, 1984, p. 123)

Naquele momento, descobriu-se tratar do cemitério dos “Pretos Novos”<sup>1</sup>. O único cemitério de escravos recém-chegados ao porto do Rio de Janeiro e que fora mencionado pelo viajante, acima citado, como um local onde se praticavam sepultamentos de forma precária. Assim, o cemitério dos Pretos Novos se nos apresenta como um testemunho histórico da forma pela qual os escravos, que morriam nos barracões fétidos do Valongo, onde se situava o maior mercado de escravos durante os séculos XVIII e XIX, no Rio de Janeiro, eram sepultados. Portanto, vale a pena passarmos a limpo alguns dados e revisitarmos a sua redescoberta, em 1996, a fim de pensarmos a sua importância ontem, dentro do complexo do Valongo, e hoje, inserido no contexto da revitalização do porto do Rio de Janeiro, podendo assumir um papel de vanguarda dentro dos trabalhos de pesquisa relacionadas à temática da morte e da História Social.

Vários viajantes, dentre eles o alemão Freireyss, haviam chamado a atenção sobre o cemitério dos Pretos Novos e a forma pela qual os escravos eram ali enterrados (Freireyss, 1984). O terreiro se situava no antigo caminho da Gamboa, que ficou conhecido como rua do Cemitério e, mais tarde, rua da Harmonia (a atual rua Pedro Ernesto). O cemitério foi criado em 1722 (Soares, 2000) e viveu a sua fase final no período de 1824 a 1830, tendo recebido nesse intervalo de tempo cerca de 6.000 corpos, em um espaço físico de mais ou menos 100 m<sup>2</sup> (Pereira, 1997). Os registros dos óbitos foram arrolados no Livro de Óbitos da freguesia de Santa Rita, responsável pelo referido campo santo. Neste Livro de Óbitos, nossa principal fonte de pesquisa, encontramos os seus respectivos navios, suas nações ou portos

de origem, os donos e a idade dos “escravos novos”, bem como as marcas que os mesmo recebiam por ocasião do embarque em seus Tumbeiros.

Além de repassarmos rapidamente a existência deste cemitério e analisarmos os dados que evidenciam a sua especificidade histórica durante a primeira metade do século XIX, procuraremos demonstrar a importância do achado para o estudo da história dos afro-brasileiros e de seus antepassados.

Direcionados pela noção de representação social (Chartier, 2000), lançamos mão de várias fontes primárias, dentre elas jornais de época, relatos de viajantes, ofícios dirigidos à Câmara de Vereadores e abaixo-assinados dos moradores do Valongo que pediam o fim do cemitério. Desprovidos de importância aos olhos dos traficantes, sem visibilidade social e nenhum tipo de vínculo com a terra em que chegavam, os pretos novos são vislumbrados como *outsiders* e, portanto, passíveis de serem lançados à flor da terra, desprovidos de qualquer ritual religioso, bem como aparatos como mortalhas, roupas e orações fúnebres. Mesmo que, à época, como bem alertou a historiadora Mariza Soares, o padrão de sepultamento estivesse amplamente estabelecido, ainda que por via das irmandades, no pagamento das despesas fúnebres tais como: pároco, esquife, sepultura, missa e velas, (Soares, 2000, p.152).

Inseridos através da violência em uma sociedade escravista e extremamente hierarquizada, que os não desejava a não ser por motivos amplamente mercantis, os pretos novos passaram a ocupar o mais baixo patamar do extrato social, sendo-lhes vedada qualquer forma de tratamento respeitoso e de consideração, mesmo na hora derradeira da morte. Como bem alertou Mariza Soares:

No Rio de Janeiro dos séculos XVII e XVIII é impossível pensar a hierarquia social sem levar em conta a hierarquia dos homens e dos santos [...] no outro extremo desta hierarquia estão os africanos recém-chegados, chamados ‘pretos novos’, ‘boçais’ e ‘infieis’. (Soares, 2000, p. 136-7)

### **A especificidade histórica do cemitério dos Pretos Novos: cemitério, a primeira evidência.**

A forma precária com que se faziam os sepultamentos deixavam os seus corpos insepultos. Ficavam por vezes expostos ao relento e o odor dos seus corpos putrefatos revoltou os moradores do entorno, no início do século XIX. As razões para o alarde em torno do funcionamento do cemitério estão em consonância com o crescimento desordenado da cidade, bem como com um intenso tráfico negreiro, presenciado fortemente após a vinda da família real para o Brasil, em 1808. Tudo isso faz com que os habitantes da região da Gamboa tenham por parede e meia os mortos, gerando um conflito de interesses em que estavam em jogo, como veremos, o prestígio da Igreja, a viabilização do discurso higienista e os interesses mercantis em face à imobilidade decisória do Estado. O cemitério dos Pretos Novos pode revelar tanto a medida das tensões sociais e conflitos de interesses, bem como ser capaz de

nos conduzir a indícios de elementos constitutivos do tecido social escravagista, em que a noção de lucro, religiosidade e cultura permeiam as ações cotidianas ao revelar na morte do outro, o total descaso desde que isto não interfira na forma como vivemos (Ginzburg, 1991).

Sabe-se que o cuidado na hora da morte sempre foi um tema delicado em todas as sociedades e culturas conhecidas. Por mais diferentes que possam ser, em comum, todas possuem uma relação muito próxima com o sagrado, sobretudo quando isso está em conexão com o além-túmulo. No Egito antigo, a morte era lembrada constantemente aos vivos pela forma imponente das pirâmides que rasgavam o céu. Já os israelitas não permitiam os seus mortos dentro do arraial, nem mesmo dentro dos muros das cidades. Mas foi no advento do cristianismo que a façanha do sepultamento intramuros tornou-se possível.

Não por acaso, Origens advertira na obra *Contra Celsum* sobre o cuidado que se devia ter com relação aos mortos, bem como com o uso da procissão fúnebre (Catroga, 1999). Da mesma forma, na procissão fúnebre medieval já se encontravam elementos que perdurariam por toda a Idade Média, ou seja, cantos, o carregamento de estandartes da cruz e as relíquias dos santos. Os mortos cada vez mais faziam parte da vida dos vivos.

Os primeiros cristãos tinham o costume de sepultar os seus mortos, com ritos próprios, e em lugares separados, aos quais chamavam de *coemeterium* (palavra latina derivada do grego *koimèterium*, forjada a partir do termo *Koimão*, que tem por significado de “eu faço dormir”). Nesses espaços, com o intuito de fugir da perseguição vigente, os cristãos se reuniam para celebrar o seu culto. Mais tarde, a construção de igrejas se daria ao lado das criptas e catacumbas e, a partir do século IV, primeiramente os reis e, mais tarde, todos os súditos, passariam a ser sepultados dentro das igrejas, mas os menos afortunados em vida, nos adros dos templos. A morte passara, mesmo que de uma forma simbólica, a pertencer aos cuidados da Igreja, porquanto abadias, irmandades, corporações religiosas e de ordem terceiras, passaram a dominar este terreno que se tornava de jurisdição sacerdotal. Era o enterro *ad sanctos*.

Sabe-se que no Brasil os sepultamentos durante o período colonial e parte do Império eram do mesmo modo realizados *ad sanctos*, ou seja, nas igrejas; nesse tempo, a ideia da “boa morte” ainda estava vinculada ao momento da morte da pessoa e a seu local de enterramento. Nesse sentido, dentro de uma mentalidade ainda marcada pela época medieval, estar enterrado em uma igreja era estar perto de Deus, o que significava uma maior possibilidade de uma vida feliz no além (Reis, 1997). Assim, as igrejas no Brasil recebiam os corpos de seus fiéis desde que tivessem sido, na vida secular, pessoas de certa posição social, e que os seus pudessem arcar com as despesas do sepultamento. Desta feita, quanto mais alta a posição social do defunto, maior sua proximidade com o templo, quando não do próprio altar (Rodrigues, 1997).

Contudo, os escravos inseridos no mesmo contexto sociocultural da época almejavam também ser enterrados nos templos diante de algum tipo de cerimônia religiosa. Muito

embora esse ritual para eles pudesse ter outra conotação, eles somente conseguiam ser sepultados em igrejas por intermédio das Irmandades, que propiciavam aos seus membros um sepultamento dentro dos padrões tidos como dignos. Todavia, os corpos dos escravos chamados pretos novos, os quais ainda não haviam sido inseridos no contexto social – a despeito de já terem recebido o batismo cristão ocidental, quer fosse em África ou nos porões dos navios negreiros – eram simplesmente lançados à “flor da terra”, em covas mui rasas recebendo pouca ou nenhuma pá de terra sobre os seus corpos (Pereira, 1997).

Era esse o caso do cemitério dos Pretos Novos, no qual as condições de enterramento eram precárias. Para termos uma ideia de como eram sepultados tantos escravos em um espaço tão pequeno, recorreremos ao livro de óbitos da Freguesia de Santa Rita, para realizar a quantificação de dois anos cruciais para o referido Campo Santo. Partindo de 1824-25, da abertura do livro até 1830, ano do fim do mesmo, observamos que de 13 de dezembro de 1824 a 27 de dezembro de 1825 foram sepultados 1.126 escravos, a grande maioria de escravos adultos do sexo masculino, 73%.

Em segundo lugar figuram as escravas adultas, com uma taxa de 9,23% do total. Quanto às crianças, pode-se dizer que novamente o número de escravos do sexo masculino sobressai (cerca de 5,06% de meninos contra 2,93% de meninas). Este cenário demonstra que a escravidão brasileira foi, sobretudo, masculina. Vários trabalhos sobre o tráfico negreiro demonstraram que o número de escravos homens trasladados foi sempre maior do que o de mulheres. Portanto, devemos compreender que a maior mortalidade de homens dava-se em decorrência da importação de mais homens que mulheres. Neste caso, a morte funciona como o fator preponderante na retroalimentação do tráfico, uma vez que mais mortes demandam por mais escravos como reposição dos plantéis fluminenses. Outro dado interessante é que mesmo entre as crianças a mortalidade dos menores também era maior, fazendo com que a desigualdade de gênero se mantivesse sempre a mesma.

O livro de óbitos do cemitério ainda nos indicou outro dado importante: a origem de cada escravo sepultado. Verificamos que quase 70% deles eram provenientes da África Central Atlântica, ou seja, do tronco linguístico banto, e tinham uma forma diferenciada de entender e de se comportar diante da morte. Para o historiador Robert Slenes, a cultura banto é chave importante para se entender a natureza do pensamento africano implantado no Brasil, sobretudo, na região Sudeste, recebedora de um número expressivo de africanos, via tráfico negreiro, vindos daquela região. Segundo ele, tal cosmologia influenciou no modo pelo qual os africanos e os seus descendentes reconstruíram a vida em cativeiro e orientou as suas ações, mesmo após este (Slenes, 1995). Para nós, importa, para fins deste artigo, a forma como os bantos entendiam e se relacionavam com a morte.

Na cosmologia banto, o mundo encontrava-se dividido em duas partes que se completavam, ou seja, duas dimensões: a do mundo “perceptível”, que seria esta na qual vivemos, e a do mundo das “causas invisíveis”, onde qualquer acontecimento excepcional,

fosse bom ou ruim, era fruto de obras realizadas de modo mágico. Por outro lado, os bantos praticavam o culto aos ancestrais, no qual a figura dos antepassados era de suma importância para cada linhagem para o sucesso nas colheitas, na pesca, e para a manutenção da própria vida. Nesse sentido, morrer longe dos seus, ou não sepultar o seu ente querido significava um corte drástico na manutenção da vida em comunidade. Morrer desta maneira significava ficar sem linhagem, portanto, sem a perspectiva de uma vida futura junto aos seus antepassados, em África (Silva, 2002). Além disto, o mar era visto como o um local da travessia para o mundo do além, ou, como na língua banto, a “Kallunga”, que fazia divisa com o lugar onde os mortos habitavam, que neste caso estava repleto de brancos.

Não só a cor branca significava a morte, mas também os homens brancos eram vistos como os próprios mortos, uma vez que habitavam o outro lado do espelho d’água, a Kallunga. É o que observa Mary Karasch ao trazer um relato de “crença de canibalismo”, presenciado pelo francês Dabadie, que ouvira “gritos agudos” de um “escravo novo”, que aterrorizado se escondia embaixo da cama de um hotel. Espantado o francês procurou indagar aos presentes o motivo do acontecido e, de pronto, recebeu explicações de um garçom que lhe afirmara que era comum, entre os africanos recém-chegados, a ideia de que seriam literalmente devorados pelos brancos. O escravo retirado debaixo da cama, ressalta o francês, “tremia da cabeça aos pés” (Karasch, 2000: 78)

O poder enigmático que a visão da Kallunga possuía sobre os africanos, de fato, ia muito além do que os viajantes do século XIX puderam imaginar. Muitas vezes os escravos se jogavam ao mar de dentro das embarcações e muitos corriam até as praias a fim de mergulharem na Kallunga, a fim de se reencontrarem com seus antepassados em África. Tal sentimento foi reforçado pela observação feita pelo viajante inglês Robert Walsh alertando os senhores para que não deixassem seus escravos sozinhos na praia, pois estes possuíam a “mania” de se suicidarem no mar (Walsh, 1985, p.156).

É neste sentido que o conhecimento da cultura africana e o seu modo de encarar a morte nos serve como chave de entendimento do motivo pelo qual os escravos buscaram filiar-se às irmandades, como no caso da Irmandade do Rosário (Soares, 2000, p. 175). Em primeiro lugar, eles temiam que seus corpos fossem inumados sem nenhum tipo de ritual, lançados a terra sem qualquer paramento religioso, não porque temessem as covas da indigência, mas porque para eles morrer assim significava, antes de tudo, morrer longe dos seus ancestrais; e em segundo, ser sepultado no cemitério dos Pretos Novos significaria um corte definitivo na linhagem dos antepassados e a impossibilidade, no pensamento africano, de reviver junto aos seus do outro lado do Atlântico, no continente africano.

O cemitério dos Pretos Novos estava cravado no Valongo desde 1769, quando o marques do Lavradio, insatisfeito com modo precário pelo qual os escravos eram expostos no mercado que funcionava próximo ao Paço Imperial, mandou que o mesmo fosse transferido para o Valongo que hoje compreende a atual Zona portuária, formada pelos bairros da Gamboa

e Santo Cristo. Essa mudança do mercado da Praça XV para o Valongo fez com que o cemitério dos Pretos Novos fosse transportado do largo de Santa Rita para a rua que ficou conhecida como a antiga rua do Cemitério, depois rua da Harmonia e, hoje, rua Pedro Ernesto pertencente ainda à jurisdição da freguesia de Santa Rita. Foi nesse período que o cemitério vivenciou a maior concentração de corpos.

No final do século XVIII, a concentração comercial no local trouxe um aumento populacional intenso (Lamarão, 1991), fazendo com que o cemitério fosse cercado de casas. Ocorreu um “adensamento populacional na região do bairro Saúde, Valongo e da Gamboa, onde morros, encostas e enseadas são paulatinamente ocupadas por residências” (Rodrigues, 1997, p.71). O entorno do cemitério foi tomado por casas, geralmente por famílias pobres e que não tinham condição de se mudar da freguesia de Santa Rita, quer fosse por conta das poucas obras de aterramento, quer fosse por se tratar de pessoas pobres, sobretudo negros libertos que precisavam estar junto ao porto e ao centro comercial da cidade para poder ganhar alguns réis para sua subsistência. Ou seja, os vivos, por forças das circunstâncias, se tornaram vizinhos dos mortos.

Seguir os vestígios do cemitério dos Pretos Novos é, também, seguir os rastros deixados pelas reclamações e ofícios de queixas contra o mesmo. A partir de 1820, pode-se encontrar vários protestos que descrevem o cemitério da pior forma possível, geralmente versando sobre o mau cheiro ali exalado e acusando-o dos miasmas que grassavam na cidade. O historiador J. J. Reis alerta que fora justamente na centúria anterior, no século XVIII, que se alastrara por toda a Europa, especialmente pela comunidade científica de França, a doutrina dos “miasmas”, que se baseava na ideia de que as “matérias orgânicas em decomposição, especialmente as de origem animal, sob influência de elementos atmosféricos”, tais como calor, direção dos ventos, “formavam vapores ou miasmas daninhos à saúde”. Logo, os “gazes” emanados dos cadáveres foram acusados de serem causadores de várias doenças, das quais os moradores do Valongo se queixavam com frequência (Rodrigues, 1997, p. 75).

Não tardou muito e, em 1821, os vizinhos do “indesejável” cemitério redigiram dois requerimentos endereçados ao príncipe regente, nos quais pediam que o cemitério fosse transferido para um local “mais remoto”, “em razão dos grandes males” produzidos à população local. O primeiro destes dizia que os moradores “sofriam” enfermidades, e o segundo destes requerimentos tinha um teor bem parecido:

Já não podem sofrer mais danos nas suas saúdes. Por causa do cemitério dos pretos novos, que se acha sito entre eles, em razão de nunca serem bem enterrados os cadáveres; como também por ser mito impróprio em semelhante lugar haver o referido cemitério, por ser hoje uma das grandes povoações. (Rodrigues, 1997, p. 75)

Como se pode ver no requerimento acima, os corpos não eram enterrados, ou seja, eram deixados à flor da terra, sem nenhum tipo de cuidado, o que deve ter feito com que os odores dos cadáveres insepultos incomodassem, sobremaneira, os vizinhos.

No caso do cemitério dos Pretos Novos, o intendente de Polícia, João Inácio da Cunha, solicitou ao juiz do crime do bairro de Santa Rita que fosse averiguar os fatos. Quando o juiz se dirigiu ao cemitério teve péssimas impressões e, mais tarde, responderia em outro ofício o que havia constatado. Segundo o seu parecer, o cemitério já era pequeno para tantos corpos, o local era “impróprio para semelhante fim”, e, por outro lado, o drama dos moradores era o de, após o crescimento da cidade, se verem lado a lado a um cemitério de escravos.

Depois de várias reclamações, finalmente, em 13 de março de 1830, se deu o último sepultamento no cemitério dos Pretos Novos, que cessou de existir. As pesquisas indicam que o fim provável do cemitério não foi ocasionado pela pressão higienista, nem pelos meios de comunicação, ou mesmo fruto do clamor dos moradores. A hipótese levantada é a de que, em 1830, por ter se dado o acordo de proibição do tráfico de escravos, firmado entre Brasil e Inglaterra, o Brasil tenha sido forçado a extinguir o campo santo por não poder justificar a existência de um cemitério de escravos recém-chegados da África, em face de, pelo menos em tese, não haver mais tráfico negreiro. Entre 1824 e 1826, foi firmado um acordo antitráfico, assinado em 23 de novembro de 1826, no qual o Brasil se comprometia a extinguir o tráfico negreiro ao fim de três anos. Porém, um novo acordo foi estabelecido para que, de 1827, final do prazo de extinção, fosse prorrogado até 13 de março de 1830. A partir desta data, os negreiros que estivessem atuando no litoral africano teriam um prazo de seis meses para retornarem ao Brasil, porém, como se sabe, está lei se transformou em um verdadeiro engodo, e ficou conhecida como a “lei para inglês ver” (Florentino, 1995, p. 50).

O tráfico não terminou na data prevista, seria alongado por mais vinte longos anos, daí em diante o cemitério seria fechado. Afinal, era um indício incontestável da época escravista. Os registros que davam conta da sua existência foram esquecidos, a sua localização foi sepultada por casarios e sobrados e ninguém se lembrava mais da ignomínia que havia sido lançada à flor da terra: o desprezo e a morte de milhares de africanos escravizados.

Posto que tudo estivesse orquestrado para o esquecimento eterno, o corte da linhagem e o esquecimento dos antepassados, a redescoberta de tal cemitério trouxe à tona o tema mais desconcertante e vergonhoso da escravidão. Os ossos ressurgiam da terra onde foram lançados e como vestígios incontestáveis tornaram-se um memorial erguido aos nossos antepassados.

### **As contribuições do achado arqueológico para o estudo das raízes afrodescendentes: ossos, a segunda evidência.**

Seja como for, os escravos recém-chegados, ao longo da década de 1820, morreram de várias enfermidades. E isto já se sabia amplamente através de diversas pesquisas mas, até então, não tínhamos, a não ser por conta de esparsas fontes históricas, a confirmação daquilo que os registros denunciavam: os africanos escravizados morreram em decorrência de maus tratos, má alimentação, diversos castigos físicos, trabalhos extenuantes e muitas doenças adquiridas



em cativeiro. Agora a história era bem outra, ou melhor, a mesma, só que a Arqueologia seria a sua parceira e juntas formariam o par necessário ao resgate e comprovação pela qual tanto se ansiava: a escravidão foi uma instituição cruel, injusta e extremamente violenta.

Recentemente, a dissertação de mestrado defendida pelo arqueólogo Reinaldo Bernardes Tavares, atualmente pesquisador do Núcleo de Pesquisa do Instituto de Memória e Pesquisa Pretos Novos, trouxe nova luz à questão arqueológica, no tocante ao espaço que o cemitério ocupava. A dissertação intitulada “Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial” junto ao programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional), sob a orientação da prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tânia Andrade, demonstrou que, de fato, o espaço reservado para os sepultamentos era muito menor do que imaginávamos.

Imbuído da necessidade de uma melhor delimitação espacial do sítio arqueológico – em virtude do processo de revitalização da Zona Portuária, iniciada em 2010, e da importância da necrópole como único cemitério exclusivo para escravos conhecido na América –, Reinaldo passou a utilizar toda a metodologia necessária para o esclarecimento acerca da posição real do cemitério. Este era o primeiro momento em que a Arqueologia se deparava com a possibilidade de encontrar ossadas e artefatos arqueológicos desde o “salvamento” realizado em 1996.

Após a execução de “uma série de poços-testes” (Tavares, 2012, p. 97), “poços de sondagem”, cotejamento de mapas e fontes históricas e a aplicação da metodologia pertinente ao campo arqueológico, Reinaldo Tavares concluiu que o terreno deveria ter cerca de 4.235 m<sup>2</sup> e não os supostos 690m<sup>2</sup> (levando em conta somente a informação do muro em 50 braças em quadra). O que, de todo modo, não inviabiliza a proposta de que o espaço era pequeno para tantos sepultamentos em tão pouco tempo, já que a inumação era realizada, na sua totalidade, em valas comuns, que eram necessariamente retrabalhadas para receberem mais corpos. Portanto, o processo de destruição dos ossos mostrou-se extremamente violento, pois foram encontrados ossos queimados, calcinados e quebrados espalhados pela superfície da necrópole. Era necessário reduzir ao máximo o volume dos remanescentes ósseos para que novos corpos pudessem, em tão pouco tempo, dar entrada na sepultura coletiva.

A pesquisa encontrou também um sítio de contato indígena, possivelmente um acampamento de pesca, o que demonstra que a região do Valongo foi uma importante via de acesso para os diversos colonizadores portugueses que se mesclaram aos indígenas no mesmo espaço, já que foram encontradas cerâmicas indígenas tupi-guarani ao lado de cerâmicas europeias.

Um sítio pré-histórico, batizado de Sambaqui do Propósito, também foi encontrado muito próximo ao cemitério dos Pretos Novos, apesar de ser um sambaqui residual - portanto quase totalmente destruído para a fabricação de cal virgem durante o período colonial -, ainda havia no seu interior finas lascas de quartzo (utilizadas como lâminas), restos de ossos

de peixe queimados (alimentação) e conchas diversas (bivalves e gastrópodes). O sambaqui é descrito, de forma simplificada, pela literatura arqueológica como um amontoado artificial de conchas construído por uma civilização pré-migração tupi-guarani que habitou a costa brasileira por volta de 6.500 anos AP (antes do presente). De acordo com MaDu Gaspar (2004), são vestígios muito mais complexos e que contam, arqueologicamente, uma boa parte da história do povoamento das Américas:

Os sítios são caracterizados basicamente por serem uma elevação de forma arredondada que, em algumas regiões do Brasil, chega a ter mais de 30m de altura. São construídos basicamente com restos faunísticos como conchas, ossos de peixe e mamíferos. Ocorrem também frutos e sementes, sendo que determinadas áreas dos sítios foram espaços dedicados ao ritual funerário e lá foram sepultados homens, mulheres e crianças de diferentes idades. Contam com artefatos de pedra e de osso, marcas de estadas e manchas de fogueiras, que compõe uma intrincada estratigrafia. Os restos que mais sobressaem na composição dos sambaquis são as conchas (Gaspar, 2004, p. 9-10).

Durante as pesquisas, no momento da reforma do salão que iria abrigar o memorial dos Pretos Novos, tanto na sondagem 02, quanto na sondagem 03, foram encontrados vários fragmentos de artefatos que, normalmente, não estão associados a um cemitério, os quais Tavares não pode se furtar a analisar e, após todos os cuidados metodológicos, afirmou ali haver:

Fragmentos de cerâmica, de faiança inglesa, portuguesa, fragmentos de metal ferroso e restos alimentares. Tudo estava misturado, não somente corroborando uma das nossas duas hipóteses, mas ampliando a sua abrangência. Pois, se imaginávamos que o terreno da antiga necrópole havia sido utilizado como depósito de detritos urbanos, após o seu fechamento, constatamos que ele foi utilizado como depósito de lixo urbano ainda durante o seu uso, o que ao nosso ver, é simbolicamente muito mais grave (Tavares, 2012, p. 136).

Foram encontrados também contas de vidro, miçangas brancas e azuis, além de ossos de animais (restos alimentares depositados como lixo urbano), fragmentos de material construtivo (telhas, tijolos e pedras de mão) e fragmentos de cultura material africana. Mas uma coisa nos chamou atenção por serem indícios da individualidade dos povos africanos. Como ele mesmo afirma:

Surpreendentemente também, encontramos pequenas contas de vidro e miçangas que estavam espalhadas no solo. Neste caso, não se tratava de lixo urbano, mas sim de fragmentos da cultura material dos africanos submetidos à escravidão, os pretos novos. Foram encontradas miçangas brancas e azuis (de diversas tonalidades), além de contas vermelhas, verdes, brancas e azuis (Tavares, 2012, p. 138).

Os ossos dos escravos estavam deixados sem nenhuma organização espacial, torcidos, queimados em diferentes graus de exposição ao fogo (cremados, carbonizados e calcinados), quebrados, lascados, soltos no solo sem nenhuma conexão anatômica. Aqui, arcadas dentárias

em meio a ossos longos; ali, ossos curtos com o indicio de terem sido quebrados após a descarnação; mais adiante, fragmentos de crânios em meio a artefatos variados; lá, ao mesmo nível do solo, restos de animais e detritos urbanos. Tudo isso à mostra em um pequeno espaço, uma janela arqueológica de 1,0 m<sup>2</sup> (sondagem 03) que nos leva diretamente ao passado, dando-nos o poder de observar em loco as atrocidades cometidas durante a escravidão. Não era necessário abrir mais nada, essas duas únicas sondagens, a primeira de 4m<sup>2</sup> e a segunda de 1,0 m<sup>2</sup>, revelavam o contexto descrito pelas fontes relativas ao cemitério dos Pretos Novos, que davam conta de um terreiro revolvido e juncado de ossos mal queimados.

Nas sondagens externas foram encontrados fragmentos que corroboram a contemporaneidade com o período de utilização do cemitério dos Pretos Novos e a crescente ocupação urbana da região, pois “uma cultura material dos séculos XVIII e XIX, que incluiu louças, cerâmicas, metais, ossos de animais, diversas conchas e carapaças de moluscos” (Tavares 2012, p. 105) do período em que o cemitério Pretos Novos ainda estava em funcionamento.

Já os restos de fauna marinha encontrados durante as pesquisas realizadas na década de 1990 e em 2011 são provenientes da proximidade da necrópole com o sambaqui, nada tendo de uso ritual africano e de elementos naturais do solo, como inicialmente os arqueólogos supunham. Foram introduzidos de forma contaminante em toda a estratigrafia do solo pela própria exploração do sambaqui, como recurso mineral durante a atividade de caieiras (usinas de beneficiamento de cal virgem através da queima de conchas e moluscos) que existiam na região. Portanto, já estavam espalhadas pelo solo antes do início das atividades do cemitério e foram misturadas com os restos mortais no trabalho de escavação e re-aterro contínuo dos coveiros.

Recentemente também, o Projeto *Por uma antropologia biológica do tráfico de escravos africanos para o Brasil: análise das origens dos remanescentes esqueléticos do cemitério dos Pretos Novos*, Rio de Janeiro, através da análise isotópica de estrôncio, reuniu pesquisadores da FIOCRUZ, da UFRJ e do IAB com o propósito de encontrar indícios que pudessem mapear o continente africano, através dos restos de estrôncio ainda presentes nos restos mortais dos africanos inumados no cemitério dos Pretos Novos. A equipe, coordenada por Ricardo Ventura Santos, formada pelos pesquisadores Sheila Mendonça de Souza, Murilo Quintana Bastos, Glauca Malerba Sene e Claudia Rodrigues Ferreira de Carvalho publicou um artigo na *Revista Ciência Hoje*, nº 291, texto que analisa parcialmente os dados encontrados.

Através da análise do estrôncio estes pesquisadores chegaram à conclusão de que os pretos novos, inumados naquele campo santo, vieram de diferentes áreas do continente africano, reforçando a afirmativa de que a necrópole é, de fato, constituída por pessoas de origem africana (Souza et al, 2012). Além disto, tanto essa pesquisa quanto a de Tavares revelaram as diversas doenças que os escravos sofreram em vida, atestando o faceta violenta da escravidão.

## Conclusão

Finalmente, podemos ressaltar que o estudo do cemitério dos Pretos Novos pode, em certa medida, não apenas revelar como eram as práticas das inumações no Brasil, pelo menos do século XVII aos meados do XIX, mas também revelar o caráter cruel da escravidão brasileira. Entrementes, a redescoberta do referido cemitério trouxe luz e fôlego para as pesquisas historiográficas na medida em que esta passou a contar com a ajuda de outros campos de saberes.

Neste processo de descoberta e divulgação, o cemitério dos Pretos Novos é peça central dentro deste debate, uma vez que permanece como um memorial de um passado outrora esquecido e como fonte riquíssima sobre o processo histórico de degradação do ser humano, sofrido pelos africanos escravizados no Brasil. Contudo, apesar de torcidos, retorcidos, queimados, descarnados, desarticulados, despedaçados, pulverizados pela ação da queima, jogados e amontoados, ressurgem como indícios de um tempo em que pessoas eram sequestradas em sua terra natal e vendidas como “coisas”; assassinadas em decorrência de uma vida extremamente atribulada, tinham seus restos mortais deixados à flor da terra em um terreno baldio sob o nome de “campo santo”. Enquanto espaço, o cemitério dos Pretos Novos é mais que uma testemunha a céu aberto: é o indício cabal do famigerado tráfico negreiro e os ossos, que jazem ali, são muito mais do que relíquias abertas à visitação, são provas do que um ser humano pode fazer a outro.

## Nota

“Pretos novos” ou “boçais” era a denominação dada aos escravos recém-chegados da África, no Brasil, assim que desembarcavam no porto. Logo que eram vendidos ou aprendiam a o português passavam a ser chamados de “ladinos”. Para este trabalho

damos preferência ao termo “pretos novos” por que a documentação assim o trata e porque queremos marcar esta posição dentro da historiografia acerca da escravidão.

## Referências Bibliográficas

- CATROGA, Fernando. *O céu da memória*. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911. Coimbra: Editora Minerva, 1999.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Editora Bertrand Brasil, 2000.
- FLORENTINO, Manolo G. *Em Costas Negras*: um história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- FREIREYSS, G. W. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- GASPAR, MaDu. *Sambaqui*: arqueologia do litoral brasileiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LAMARÃO, S. T. *Dos trapiches ao porto*: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sec Municipal de Cultura, 1991.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da S. *À flor da terra: o cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamnd/Prefeitura do Rio de Janeiro, 1997.

REIS, João José. *O cotidiano da morte no Brasil Oitocentista*. In: ALENCASTRO, Luis Felipe. *História da vida privada no Brasil* São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 95-141.

RODRIGUES, Claudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, DGD, 1997.

SILVA, Alberto da Costa e. *A Manilha e o Libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

SLENES, Robert W. *"Malungu, Ngoma Vem!" África coberta e descoberta no Brasil. Cadernos do Museu da Escravatura*. Luanda: Ministério da Cultura, 1995.

SOARES, Mariza. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Sheila et al. Cemitério dos Pretos Novos: técnicas modernas ajudam a compreender questões da escravidão. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, Vol. 49, n. 291, p 22-27, abril de 2012.

TAVARES, Reinaldo B. *O cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial*. 2012. 210 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional), Rio de Janeiro, 2012.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: EDUSP, 1985.

Recebido em 27/06/2014





